



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de LICENCIATURA

Unidade curricular

Justiça Constitucional – 1.º Ciclo – 4.º Ano – 2.º Semestre - optativa

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Professora Doutora Margarida Salema d'Oliveira Martins – 4 horas letivas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Compreensão geral do sistema português de fiscalização da constitucionalidade das normas de modo a complementar o conhecimento do direito substantivo. Compreensão técnica da justiça constitucional, com destaque para a fiscalização concreta da constitucionalidade. Capacidade de utilização dos termos técnicos próprios dos meios processuais. Capacidade de interpretação e aplicação da legislação processual e da jurisprudência dos tribunais na matéria.

Conteúdos programáticos

### PARTE I

#### INTRODUÇÃO

1. Noção de sindicabilidade judicial.
2. Os diversos contenciosos do poder público internacional.
3. Os diversos contenciosos do poder público interno: constitucional, administrativo, tributário, das contas públicas, contraordenacional.
4. A Justiça Constitucional.

### PARTE II

#### A GARANTIA E A FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE

1. Garantia da constitucionalidade e garantia da Constituição.
2. Garantia e fiscalização.
3. Critérios processuais de fiscalização.
4. As decisões de fiscalização.
5. As consequências da inconstitucionalidade.

### PARTE III

#### OS SISTEMAS DE FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE

1. Os sistemas típicos e o direito comparado.
2. A evolução no direito português.
3. O regime português vigente.
  - 3.1. Considerações gerais.
  - 3.2. A fiscalização concreta.
  - 3.3. A fiscalização abstrata da inconstitucionalidade por ação.
  - 3.4. A fiscalização da inconstitucionalidade por omissão.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

Os conteúdos programáticos visam familiarizar os alunos com as matérias de Contencioso Constitucional que assumem maior importância prática no exercício das profissões forenses.

#### Metodologias de ensino (avaliação incluída)

O ensino será desenvolvido numa vertente teórico-prática, em aulas teóricas e práticas, abordando os pontos essenciais das matérias incluídas no programa, envolvendo a análise e interpretação dos diplomas legais selecionados, a resolução de casos práticos e a análise e comentário de decisões do Tribunal Constitucional.

A avaliação de conhecimentos será efetuada através de método especial, como previsto no artigo 11.º, n.º 2, do Regulamento de avaliação de conhecimentos do Curso de licenciatura em Direito em vigor. Tal método consiste em análise de jurisprudência, simulações com elaboração de peças processuais, resolução de casos, através de relatórios e apresentações orais em sala de aula, com a ponderação de 50% e a elaboração de trabalho escrito sobre tema selecionado, com a ponderação de 50%. Este método especial pressupõe o controlo de assiduidade nas aulas.

#### Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Os objetivos da aprendizagem visam conduzir ao domínio dos conceitos fundamentais de Justiça Constitucional, de forma participada, concreta e prática, mas também analítica em ordem a desenvolver a capacidade e o conhecimento essenciais à sua aplicação.

#### Bibliografia principal

MIRANDA, Jorge - Manual de Direito Constitucional, tomo VI, 4.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2013.  
BLANCO de MORAIS, Carlos - Justiça Constitucional - Tomo I - Garantia da Constituição e Controlo da Constitucionalidade, Coimbra, Coimbra Editora, 2006;  
- Justiça Constitucional - Tomo II, Coimbra, Coimbra Editora, 2011.  
NOVAIS, Jorge Reis, Sistema Português de Fiscalização da Constitucionalidade, Lisboa, AAFDL Editora, 2017.  
CORREIA, Fernando Alves, Justiça Constitucional, Coimbra, Almedina, 2016.  
URBANO, Maria Benedita, Curso de Justiça Constitucional, I volume, Partes Geral, Coimbra, 2016.

## Curricular unit sheet

Graduation in law

#### Curricular unit

Constitutional Justice

#### Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Margarida Salema d'Oliveira Martins - 4 hours per week

#### Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

not applicable

#### Learning outcomes of the curricular unit

General understanding of the Portuguese system of supervision of the constitutionality of the rules in order to complement the knowledge of the substantive law. Technical understanding of constitutional justice, with emphasis on the concrete surveillance of constitutionality. Ability to use the technical terms of the procedural means. Ability to interpret and apply procedural legislation and the case law of the courts in the field.

#### Syllabus



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

#### Part I Introduction

1. Notion of judicial syndication.
2. The various disputes of the international public power.
3. The various disputes of the internal public power: constitutional, administrative, tax, public accounts, administrative.
4. Constitutional justice.

#### Part II

The guarantee and supervision of constitutionality

1. Guarantee of constitutionality and guarantee of the Constitution.
2. Guarantee and judicial review.
3. Procedural criteria for judicial review.
4. The decisions.
5. The consequences of unconstitutionality.

#### Part III The monitoring systems of constitutionality

1. The typical systems and comparative law.
2. Developments in Portuguese law.
3. The Portuguese regime in force.
  - 3.1. General considerations.
  - 3.2. The concrete surveillance.
  - 3.3. The abstract oversight of unconstitutionality by action.
  - 3.4. The supervision of unconstitutionality by omission.

#### Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The programmatic contents are intended to familiarize students with the matters of constitutional litigation that are of greater practical importance in the exercise of the forensic professions.

#### Teaching methodologies (including evaluation)

The knowledge assessment shall be carried out through a special method, as provided for in article 11 (2) of the Knowledge Assessment regulation of the current law degree course. This method consists of analysis of case law, simulations with the elaboration of procedural pieces, resolution of cases, through reports and oral presentations in the classroom, with the weighting of 50% and the elaboration of written work on selected theme, with the weighting of 50%. This special method presupposes the attendance control in the classes.

#### Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The objectives of learning aim to lead to the dominance of the fundamental concepts of constitutional justice, in a participatory, concrete and practical way, but also analytical in order to develop the capacity and knowledge essential to its application.

#### Main Bibliography

MIRANDA, Jorge - Manual de Direito Constitucional, tomo VI, 4.<sup>a</sup> edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2013.  
BLANCO de MORAIS, Carlos - Justiça Constitucional - Tomo I - Garantia da Constituição e Controlo da Constitucionalidade, Coimbra, Coimbra Editora, 2006;  
- Justiça Constitucional - Tomo II, Coimbra, Coimbra Editora, 2011.  
NOVAIS, Jorge Reis, Sistema Português de Fiscalização da Constitucionalidade, Lisboa, AAFDL Editora, 2017.  
CORREIA, Fernando Alves, Justiça Constitucional, Coimbra, Almedina, 2016.  
URBANO, Maria Benedita, Curso de Justiça Constitucional, I volume, Partes Geral, Coimbra, 2016.



**FACULDADE DE DIREITO**  
Universidade de Lisboa

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.